### SUMÁRIO

**PREFÁCIO** .................................................................................................................. 9

**INTRODUÇÃO**

Pode o Direito ser Emancipatório? ................................................................. 17

Introdução .................................................................................................................. 17

A questão no seu contexto .................................................................................. 19

O prisma ocidental e a plausibilidade da questão ...................................... 24

A morte do contrato social e a ascensão do fascismo social ...... 30

Do cosmopolitismo subalterno e insurgente ............................................ 30

O cosmopolitismo subalterno e o direito: condições para a legalidade cosmopolita ................................................................. 60

A legalidade cosmopolita em ação ................................................................. 71

Conclusão .............................................................................................................. 109
PARTE 1
O Direito e a Crise Revolucionária

CAPÍTULO 1
Justiça Popular, Dualidade de Poderes e Estratégia Socialista 115

Direito, revolução e dualidade de poderes 115
Dualidade de poderes e transformação política 122
Conclusão 137

CAPÍTULO 2
A Crise e a Reconstituição do Estado em Portugal 139

A crise final do Estado Novo 139
Do golpe de Estado à crise revolucionária 152
A dualidade de impotências 154
A crise de hegemonia (1975-1985) 160

CAPÍTULO 3
Os Casos de Justiça Popular em Portugal durante a Crise Revolucionária de 1974-1975 167

Introdução 167
As experiências da justiça popular 168
A luta pela redefinição da justiça criminal 169
O caso José Diogo 171
A luta pelo direito a uma habitação condigna 182
O caso de Maria Rodrigues 185
Justiça popular no contexto da revolução portuguesa 187
Avaliação da justiça popular no processo revolucionário 198
Reflexões inconclusivas 207
PARTE 2
O Direito dos Pequenos Passos

CAPÍTULO 4
A Cidade Capitalista e a Renda Fundiária Urbana ...................... 213

O processo histórico de urbanização e o modo de produção
capitalista .................................................................................... 213

A propriedade fundiária, a renda fundiária e o capital ............ 218

- A renda fundiária em Marx ...................................................... 219
- Da renda fundiária agrícola à renda fundiária urbana .......... 226
- A renda fundiária e o processo de valorização do capital.
  As diferentes formas de propriedade fundiária .................... 236

A questão urbana e o Estado: a política fundiária, a política
habitacional e as lutas urbanas .................................................. 253

CAPÍTULO 5
Lutas Urbanas no Recife ............................................................. 271

Questões teóricas e metodológicas ........................................... 271

Os conflitos urbanos ................................................................. 283

- O caso da Vila das Crianças .................................................... 283
- O caso do Skylab ................................................................. 285
- O caso da Vila Camponesa .................................................... 287

A economia estrutural e interacional dos conflitos ................. 289

- Ocupantes/moradores .......................................................... 290
- Os proprietários ..................................................................... 297
- O Estado .............................................................................. 300
CAPÍTULO 6
O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e as suas Estratégias Jurídico-Políticas de Acesso ao Direito e à Justiça no Brasil — com Flávia Carlet

Introdução
A questão da terra: resistência e luta pelo acesso ao direito e à justiça
A luta dos trabalhadores rurais
A luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra pela reforma agrária no Brasil
Estratégias jurídicas: o papel dos “advogados populares”
Conclusões

PARTE 3
O Direito da Indignação

CAPÍTULO 7
Para uma Teoria Sociojurídica da Indignação: É possível ocupar o direito?
As revoltas da indignação
O Direito e as revoltas da indignação
Direito configurativo: a dualidade abissal do direito
O funcionamento do direito dual
Duas ilegalidades
O legal, o ilegal, e o alegal
Direito internacional e relações internacionais
Direito prefigurativo
Direito reconfigurativo: pode o direito ser emancipatório?
Conclusão

REFERÊNCIAS

Tal como os anteriores, este livro publica-se sem atualização de dados ou de bibliografia e sem intervenção nas análises feitas ao tempo em que os textos foram escritos. Mas ao contrário dos anteriores, que foram escritos num curto espaço de tempo, este livro contém textos escritos entre 1979¹ e 2016 e é, por isso, mais revelador da minha trajetória científica na área da sociologia crítica do direito. Essa trajetória ficará ainda mais clara quando se publicarem os restantes dois volumes. Boa parte deste livro é composto por capítulos inéditos em língua portuguesa e profundamente

---

retrabalhados em relação às versões originais. Refiro-me em concreto aos capítulos 3, 5, 6 e 7.

Neste livro, analiso, em contextos temporais e espaciais muito distintos, os diferentes e complexos modos como a ordem jurídica, o direito e os tribunais refletem os processos de transformação social e simultaneamente os influenciam. Para dar coerência teórica e analítica a tal diversidade e complexidade, analiso, numa longa introdução, as condições dentro das quais o direito pode ser mobilizado para melhorar as condições de vida dos grupos e classes sociais mais vulneráveis, diminuir a injustiça social, a desigualdade e a discriminação. Trata-se de condições muito exigentes e a experiência social e política dos anos mais recentes faz prever que tais condições sejam cada vez mais difíceis de obter e que, consequentemente, o direito sirva cada vez mais incondicionalmente aos interesses das classes dominantes e das forças conservadoras, tanto no plano social como nos planos político e cultural. No entanto, a tensão entre usos hegemônicos e usos contra-hegemônicos que defendo na Introdução permanece, como alguns dos estudos incluídos neste livro revelarão.

Os processos de transformação social têm orientações políticas e graus de intensidade muito diferentes e geram turbulências


AS BIFURCAÇÕES DA ORDEM

institucionais também muito distintas. Os modos como são “vividos” pelo sistema jurídico, tanto pelo impacto que têm nele como no impacto que recebem dele, dependem de tantos fatores e variam tanto segundo os contextos históricos, econômicos, sociais, políticos e culturais em que ocorrem que tornam inviável, mesmo se desejável, uma qualquer teoria geral sobre o direito da ou na transformação social. Por esta razão, tenho privilegiado no meu trabalho de investigação o estudo de casos, situações e contextos que considero particularmente reveladores de algumas facetas específicas da relação entre o direito e a transformação social.

Subjacentes a esta investigação, como, de resto, à que esteve presente nos dois livros anteriores e certamente estará presente nos livros seguintes, estão duas orientações principais, uma teórica e outra metodológica. A orientação teórica consiste em analisar o direito na interface entre condicionantes estruturais e práticas sociais, ações individuais e coletivas que tanto dão vida a tais condicionantes como as subvertem. A dimensão fenomenológica das representações e percepções do direito torna-se assim muito relevante sem, no entanto, cair no interacionismo que recusa a ideia de qualquer determinação que exceda as vontades presentes, expressas ou implícitas, na ação e na interação. O direito em ação, como qualquer outra instituição em ação, é sempre um misto de determinação e de indeterminação. As expectativas sociais que subjazem à mobilização do direito representam quase sempre a leveza da indeterminação enquanto as frustrações a que muitas vezes conduzem representam o peso da determinação.

Esta orientação teórica tem uma outra dimensão, a concepção do direito que melhor se adequa ao tipo de análise do direito em sociedade (versus direito e sociedade) que pretendo realizar. Esta concepção, exposta em detalhe no capítulo 1 do primeiro livro desta coleção, O direito dos oprimidos, assenta numa dupla ideia. Por um lado, o direito socialmente relevante não se reduz ao direito oficial, estatal. No mesmo espaço geopolítico, circulam outros direitos que
coexistem com o direito estatal e que conformam as práticas sociais, ora complementando ora contradizendo o direito estatal. Ainda que nas sociedades contemporâneas o direito oficial estatal seja, em geral, socialmente o mais relevante, a sua relevância nas práticas e representações sociais implica quase sempre a copresença de outros direitos. Designo esta concepção de pluralismo jurídico externo.

Por outro lado, o próprio direito oficial estatal em ação apresenta, sobretudo em processos de transformação social intensa, uma grande diversidade e heterogeneidade internas no modo como é aplicado ou interpretado. Em contextos de grande turbulência política e social esta diversidade e heterogeneidade internas podem ser de tal ordem que a ideia de unidade da ordem jurídica deixa de fazer sentido. As fraturas que essa situação causa nas representações que os cidadãos têm do direito refletem-se no interior das profissões e das instituições jurídicas. Designo tal diversidade e heterogeneidade de pluralismo jurídico interno. No próximo volume analiso o Estado heterogêneo à luz da investigação realizada em Moçambique.

A orientação metodológica que subjaz à minha investigação consiste no método do caso alargado a que tenho vindo a recorrer desde o meu primeiro estudo sobre o direito de Pasárgada (ver também o capítulo 5 deste livro). Para a construção deste método inspirei-me no trabalho do antropólogo van Velsen. Este método pressupõe a distinção entre representatividade qualitativa e representatividade quantitativa, sendo que esta última é a concepção dominante de representatividade nas ciências sociais. O método do caso alargado consiste na análise densa de casos que são representativos pela sua exemplaridade, ou seja, por serem únicos ou pouco comuns e não por serem os mais comuns e, nessa medida, normais. A representatividade do caso reside no modo como ele revela as condições e contradições sociais, políticas e culturais que estão para além dele,

mas que têm um impacto decisivo nas interações e práticas que o constituem. Tais condições e contradições vigoram de modo furtivo à superfície das práticas sociais sobretudo em contextos que são vividos como expressando a normalidade das relações sociais e dos modos de vida. A análise é, assim, orientada para o que designo hoje como ecologia de escalas, para que o local e o nacional e global se fundam, na medida do possível, numa transescala.7

Os vários processos de transformação social presentes neste livro têm características muito diferentes. A primeira parte (capítulos 1, 2 e 3) refere-se à crise revolucionária que ocorreu em Portugal entre 1974 e 1975 no seguimento da Revolução dos Cravos em 25 de Abril de 1974. Centro-me na análise de alguns casos de justiça popular que ocorreram nesse período (capítulo 3) e para contextualizar avanço com algumas propostas analíticas sobre o direito (capítulo 1) e sobre o Estado (capítulo 2) em contextos revolucionários.

Na segunda parte, analiso dois casos de mobilização jurídico-política em dois contextos de transformação social gradual, ambos no Brasil. O primeiro é o contexto da transição pactuada da ditadura para a democracia no início da década de 1980. O caso em análise são as lutas urbanas no Recife (capítulo 5). O material empírico sobre estes casos foi coligido em colaboração com a minha colega e amiga Alexandrina Sobreira de Moura no âmbito de um projeto de pesquisa dirigido pelo meu colega e amigo Joaquim Falcão.8 Em boa medida, este caso inspirou a ideia da articulação entre lutas jurídicas e lutas políticas tratada em detalhe na Introdução. O grande responsável por essa articulação era Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife e teólogo da libertação, uma personalidade notável que me ensinou a conceber a sociedade como um campo de possi-


bilidades de luta emancipatória mesmo nas condições mais hostis. Para contextualizar essas condições que não eram apenas as da ditadura, eram também as da valorização capitalista da terra, tanto no campo como na cidade, dediquei o capítulo 4 à análise marxista da renda fundiária urbana. Talvez hoje não concorde totalmente com esta análise, sobretudo tendo em vista as novas formas de valorização e de concentração da terra que vieram a surgir a partir dos anos 1990: a compra e o roubo de terra e a consequente expulsão dos camponeses e povos indígenas dos seus territórios ancestrais com vista a abrir caminho para a agricultura industrial, a exploração dos recursos naturais e os megaprojetos. De todo o modo, mantenho a análise da renda fundiária por ser representativa do meu pensamento ao tempo da pesquisa.

O segundo contexto de transformação social é o do avanço das lutas dos movimentos sociais no Brasil a partir do fim da ditadura em meados da década de 1980 e sobretudo a partir da década de 2000. Dedico o capítulo 6 a analisar a mobilização do direito e dos tribunais por parte de um dos mais notáveis movimentos sociais da América Latina, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Na preparação deste capítulo contei com a colaboração da Flávia Carlet, uma dedicada ativista e advogada popular, de quem tenho hoje o gosto de ser orientador do seu doutoramento na Universidade Coimbra.

Por último, na terceira parte analiso os processos de forte contestação social que ocorreram em diferentes partes do mundo entre 2011 e 2013, da Primavera Árabe ao movimento Occupy dos EUA, do movimento dos indignados no sul da Europa aos protestos de 2013 no Brasil. Apesar de estar bem consciente das diferenças significativas entre eles, atribuo a todos estes processos a designação geral de revoltas da indignação. No capítulo 7 centro-me na análise das concepções do direito que parecem subjazer a alguns destes protestos que caracterizo em geral como presenças coletivas no espaço público e não como movimentos sociais. Alguns destes protes-
tos parecem ter implícita uma concepção de mobilização do direito e da justiça relativamente coincidente com a que defendo na Introdução. Outros parecem contradizê-la radicalmente. Por esta razão, dedico particular atenção a estes últimos.

Escrito ao longo de mais de três décadas, este livro contou com a contribuição de muitos colaboradores e colaboradoras. Seria impossível agradecer a todos e todas. Não obstante alguns são especialmente devidos. Já referi a Alexandrina Sobreira de Moura, o Joaquim Falcão e a Flávia Carlet. Agradeço também a colaboração especial da minha colega Maria Paula Meneses, da minha assistente, Margarida Gomes, que preparou o manuscrito para publicação, e da minha colaboradora de sempre, Lassalete Simões, sem a qual eu teria muito menos tempo para escrever os meus livros. À Maria Irene Ramalho não saberia o que agradecer dado que lhe devo quase tudo.

Devo ainda um agradecimento muito especial ao pintor Mário Vitória, autor dos magníficos motivos de arte das capas de todos os livros da coleção Sociologia Crítica do Direito. A sua arte sublinha e amplia a minha narrativa em insondáveis direções.
Pode o Direito ser Emancipatório?

Introdução

Vivemos numa época avassalada pela questão da sua própria relatividade. O ritmo, a escala, a natureza e o alcance das transformações sociais são de tal ordem que os momentos de destruição e os momentos de criação se sucedem uns aos outros numa cadência frenética, sem deixar tempo nem espaço para momentos de estabilização e de consolidação. É precisamente por isso que caracterizo o período atual como sendo um período de transição.¹

Os períodos de transição caracterizam-se pela natureza da transição ser definida pelo fato de as questões complexas por ela suscitadas não encontrarem um ambiente sociocultural conducente às respectivas respostas. De um lado, aqueles que lideram as sequências de destruição e criação social — normalmente pequenos grupos sociais dominantes — estão tão absorvidos no automatismo da sequência que a pergunta pelo que fazem será, na melhor das hipóteses, irrelevante e, no pior dos casos, ameaçadora e perigosa. Do outro lado, a

esmagadora maioria da população que sofre as consequências da intensa destruição e da intensa criação social está demasiado ocupada ou atarefada com adaptar-se, resistir ou simplesmente subsistir, para sequer ser capaz de perguntar, quanto mais de responder a questões complexas acerca do que fazem e por quê. Ao contrário do que pretendem alguns autores (Beck, Giddens e Lash, 1994), este não é um tempo propício à autorreflexão. É provável que esta seja exclusiva dos que gozam do privilégio de a delegar nos outros.

Trata-se de um período complexo de analisar. Paradoxalmente, contudo, não será através de perguntas complexas, mas sim de perguntas simples, que encontraremos o significado dessa complexidade enquanto orientação para a ação. Uma pergunta simples e elemental é aquela que logra atingir, com a transparência técnica de uma funda, o magma mais profundo da nossa perplexidade individual e coletiva — que não é mais do que a nossa complexidade por explorar. Num período não muito diferente do nosso, Rousseau, no seu *Discurso sobre as ciências e as artes* (1750), formulou uma pergunta muito simples, que, em seu entender, resumia a complexidade da transição em curso, e deu-lhe resposta. A pergunta era esta: será que o progresso das ciências e das artes contribui para a pureza ou para a corrupção dos costumes? Ou, numa formulação ainda mais simples: haverá uma relação entre a ciência e a virtude? Após uma argumentação complexa, Rousseau acaba por responder de uma maneira igualmente simples: com um retumbante “não”. Nesta introdução, procurarei responder a uma pergunta igualmente simples: poderá o direito ser emancipatório? Ou: será que existe uma relação entre o direito e a demanda por uma sociedade boa? Ao invés de Rousseau, porém, não creio ser capaz de responder com um simples não ou com um mero sim.

Na primeira parte desta Introdução fornecerei o pano de fundo histórico-político da questão a que me proponho dar resposta. Na

---

segunda, analisarei a situação em que nos encontramos presentemente. Finalmente, na terceira e quarta partes, deter-me-ei nas condições em que se torna possível responder à pergunta formulada com um sim bastante relativado. Especificarei então algumas das áreas em que uma relação entre o direito e a emancipação social se afigura mais urgentemente necessária e possível.

A questão no seu contexto

Assim que o Estado liberal assumiu o monopólio da criação e da adjudicação do direito — e este ficou, assim, reduzido ao direito estatal —, a tensão entre a regulação social e a emancipação social passou a ser um objeto mais da regulação jurídica. Nos termos da distinção entre emancipação social legal e ilegal — desde então, uma categoria política e jurídica essencial —, só seriam permitidos os objetivos e práticas emancipatórios sancionados pelo Estado e, por conseguinte, conformes aos interesses dos grupos sociais que lhes estivessem, por assim dizer, por trás. Esta dialética regulada transformou-se gradualmente numa não-dialética regulada, em que a emancipação social deixou de ser o outro da regulação social para passar a ser o seu duplo. Por outras palavras, em vez de ser uma alternativa radical à regulação social tal como existe hoje, a emancipação social passou a ser o nome da regulação social no processo de autorrevisão ou de autotransformação.

Com o triunfo do liberalismo em 1848, a preocupação primeira do Estado liberal deixou de ser lutar contra o Ancien Régime para passar a ser opor-se às reivindicações emancipatórias das “classes perigosas”, as quais, apesar de derrotadas na Revolução de 1848, continuaram a pressionar o novo regime político com exigências crescentes de democracia (Wallerstein, 1999, p. 90). A partir de então, os combates pela emancipação social passaram a exprimir-se na
linguagem do contrato social, como combates contra a exclusão do contrato social e pela inclusão nele. As estratégias diferiram, haver-
do, por um lado, os que procuraram combater dentro dos limites do Estado liberal — os demoliberais e, mais tarde, os demossocialistas — e, por outro lado, aqueles para quem tais limites pareciam frustrar qualquer combate emancipatório digno desse nome e tinham, por-
tanto, que ser eliminados — o que foi o caso de vários tipos de so-
cialistas radicais.

Esta dualidade viria a caracterizar a política da esquerda ao
longo dos últimos 150 anos: de um lado, uma política emancipatória obtida por meios parlamentares legais através de um reformismo gradual; do outro, uma política emancipatória conduzida por meios extraparlamentares ilegais conducentes a rupturas revolucionárias. A primeira estratégia, que viria a ser dominante na Europa Ocident-
al e no Atlântico Norte, assumiu a forma do Estado de direito e traduziu-se num vasto programa de concessões liberais com vista a expandir tanto o alcance como a qualidade da inclusão do contrato social, sem com isso ameaçar a estrutura basilar do sistema político-econômico vigente — quer dizer, do capitalismo e da democracia liberal. Esta estratégia teve como resultado o alargamento da cida-
dania política — sufrágio universal, direitos cívicos e políticos — e da cidadania social — Estado-providência, direitos sociais e econô-
micos. A segunda estratégia, inspirada na Revolução Russa, e que viria a ser dominante na periferia do sistema-mundo, assumiu a forma de confrontação ilegal, violenta ou não, com o Estado liberal, com o Estado colonial ou pós-colonial e com a economia capitalista, conduzindo à criação de Estados socialistas de diferentes tipos. A Revolução Russa foi a primeira revolução moderna levada a efeito, não contra o direito, mas em nome do direito.

Ambas as estratégias apresentavam, internamente, uma grande diversidade. Já referi que a estratégia revolucionária, apesar de pre-
dominantemente presa a uma determinada teoria política, o marxis-
mo, abrangia diferentes políticas portadoras de diferentes significa-
dos e objetivos, sendo a competição entre estas muitas vezes feroz e mesmo abertamente violenta. De igual modo, o campo legal-refor- mista dividia-se entre os que punham a liberdade acima da igual- dade e eram a favor do mínimo de concessões possível (o demoli- beralismo) e os que recusavam estabelecer uma hierarquia entre liberdade e igualdade e eram a favor do máximo de concessões possível (demossocialismo). Ambas as modalidades de política legí- tima lutavam contra o conservadorismo, que mantinha uma oposi- ção inflexível a quaisquer concessões aos excluídos do contrato social. Apesar de estribadas, todas elas, no quadro do Estado liberal, estas diferentes estratégias políticas acabaram por conduzir a diferentes políticas do direito, que, por sua vez, estiveram na origem de trans- formações do Estado liberal em diversas direções — Estados-provi- dência fortes na Europa, Estados-providência fracos na América do Norte e, em particular, nos EUA etc.

Nos últimos vinte anos, este paradigma político entrou numa crise que teve impactos tanto sobre a estratégia reformista como sobre a estratégia revolucionária. A crise do reformismo, que, nos países centrais, assumiu a forma de crise do Estado-providência e, nos países periféricos e semiperiféricos, tomou a forma de crise do Estado desenvolvimentista — através de ajustamentos estruturais e de cortes drásticos nas já de si incipientes despesas sociais do Esta- do —, significou, em termos políticos, o ressurgimento do conservadorismo e o levantamento de uma maré ideológica contra a agenda da inclusão gradual e crescente no contrato social, a qual, embora de modos diversos, era comum ao demoliberalismo e ao demossocialismo. Deste modo, parecia (e parece) bloqueada a via legal para a emancipação social. Apesar de estruturalmente limitada, essa via — uma promessa emancipatória regulada pelo Estado capi- talista e, por conseguinte, conciliável com as necessidades inces- santes e intrinsecamente polarizadoras de acumulação do capitalismo — foi, nos países centrais, a explicação, ao longo de muitas décadas, para a compatibilidade existente entre o capitalismo —
sempre hostil à redistribuição social — e a democracia, fosse ela baseada em políticas de redistribuição demoliberais ou demossociais. O colapso desta estratégia levou à desintegração da tensão, já muito atenuada, entre a regulação social e a emancipação social. Mas, uma vez que a tensão habitava o modelo político no seu todo, a desintegração da emancipação social acarretou consigo a desintegração da regulação social. Daí a dupla crise de regulação e de emancipação em que nos encontramos hoje, uma crise em que o conservadorismo floresce sob o nome enganador de neoliberalismo. O neoliberalismo não é uma versão nova do liberalismo, mas antes uma versão velha do conservadorismo. Mas o que é intrigante é o fato de o colapso das estratégias políticas que no passado asseguravam a compatibilidade entre o capitalismo e a democracia, longe de conduzir à incompatibilidade entre ambos, parece ter reforçado essa compatibilidade, alargando-a, inclusive, para além dos países centrais a que no passado ela se confinava no fundamental.

A via revolucionária para a emancipação social entrou, mais ou menos pela mesma altura, numa crise igualmente séria, à medida que foram ruindo os Estados-nação saídos do êxito das lutas contra o colonialismo e o capitalismo. É claro que, a exemplo do que sucedera com a estratégia reformista, a “qualidade” da emancipação social gerada pela estratégia revolucionária há muito já que havia sido posta em causa. Não obstante as diferenças cruciais entre uns e outros, tanto os Estados liberais como os Estados socialistas haviam projetado uma tensão — uma tensão promovida pelo próprio Estado e fortemente regulada — entre a emancipação social e a regulação social através da qual as exclusões estruturais (de tipo político, econômico ou social) cristalizavam ou inclusivamente se cavavam ainda mais.

Este modo de pensar a transformação social — quer dizer, nos termos de uma tensão entre a regulação social e a emancipação social — é algo de moderno. Numa situação como a nossa, em que vivemos simultaneamente uma crise da regulação social e da emancipação
social, podemos perguntar-nos se não devemos simplesmente aban-
donar essa formulação, já que ela não consegue captar em termos positi vos nenhum aspecto da nossa experiência de vida. Se nem tudo está errado com as nossas experiências de vida, algo está errado com uma concepção que as veicula em termos incondicionalmente nega-
tivos. Da mesma maneira, se as duas grandes estratégias para a criação da moderna transformação social — o reformismo jurídico e a revolução — se encontram em crise — o direito abunda, mas, pelo visto, não para fins de reforma social, enquanto a revolução pura e simplesmente desapareceu —, é legítimo perguntar se não devemos procurar novas concepções para que a transformação social faça sentido, se é que esta vai continuar a servir-nos como modo de des-
crever as grandes mudanças da nossa vivência individual e coletiva.

Como tenho vindo a afirmar, encontramo-nos num período de transição que pode ser descrito da seguinte maneira: vivemos num período em que enfrentamos problemas modernos para os quais não existem soluções modernas. Continuamos obcecados pelas ideias de uma ordem e de uma sociedade boas, quanto mais não seja devido à natureza da (des)ordem que reina nestas nossas so-
ciedades em que são cada vez maiores a desigualdade e a exclusão — exatamente num momento da história em que pareceria que os avanços tecnológicos existem para que as nossas sociedades sejam diferentes e melhores. O abandono completo da tensão entre a regulação social e a emancipação social, ou da própria ideia de transformação social — que é a proposta dos que tenho designado por pós-modernistas celebratórios —, parece ser, por conseguinte, uma proposta politicamente arriscada, não só porque coincide com a agenda conservadora, mas também porque não se perfilam no horizonte concepções novas com potencial para captar as aspirações políticas condensadas nos conceitos modernos. Reinventar a tensão entre regulação social e emancipação social afigura-se, por isso, uma proposta melhor, ou mais prudente, do que atirá-la simples-
mente para a lata de lixo da história.
O mesmo se aplica às estratégias políticas que, no passado, corporizaram a tensão entre a regulação social e a emancipação social: o direito e a revolução. Reinventar, neste caso, revela-se tarefa especialmente complexa, porquanto, se a revolução parece uma possibilidade definitivamente descartada, já o direito se acha mais difuso do que nunca, preenchendo mesmo os espaços sociais e políticos abertos pelo colapso da revolução. Para os conservadores, não há aqui nada a reinventar, excetuando talvez modos cada vez mais sutis (e não tão sutis como isso) de desmantelar os mecanismos através dos quais liberais e demosocialistas transformaram o direito em instrumento da mudança social. A tarefa científica e política que se nos coloca pela frente pode ser formulada da seguinte maneira: como reinventar o direito para lá do modelo liberal e demosocialista e sem cair na agenda conservadora — e, mais ainda, como fazê-lo de modo a combater esta última de uma maneira mais eficaz.

**O prisma ocidental e a plausibilidade da questão**

Antes de tentar responder a esta questão, impõe-se que perguntamos se ela equaciona corretamente os problemas que se colocam a uma política progressista e a uma prática jurídica no início do novo milênio. Porque, se a resposta for negativa, a questão da reinvenção do direito terá que ser reformulada antes de prosseguirmos. A narrativa atrás esboçada é uma narrativa ocidental que começou com uma questão quintessencialmente ocidental: poderá o direito ser emancipatório? Esta questão, aparentemente abrangente, parte de um conjunto de pressupostos que são próprios da cultura e da política ocidental. Pressupõe que existe uma entidade social chamada direito, suscetível de ser definida nos seus próprios termos e de funcionar de uma maneira autônoma. Parte também do princípio de que existe um conceito genérico de emancipação social, diferente